



APRESENTAÇÃO

Tainah Biela Dias*

No decorrer da história, é evidente que a marginalização das mulheres se apresenta de diferentes formas em distintos contextos sociais, políticos e culturais, contemplando as mais diversas esferas da vida social: seja o mundo do trabalho, a participação na esfera pública, o campo da produção acadêmica/intelectual e, dentre outros, o campo religioso. A despeito de esforços e conquistas alcançadas pelo movimento feminista, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, no qual as mulheres passaram a reivindicar a visibilidade de suas pautas por equidade, assim como o protagonismo na construção de sua própria história como sujeitos sociais, as lutas das mulheres, pensadas de forma interseccional, ainda colocam em xeque o *status quo* instituído por uma estrutura patriarcal que alicerça as sociedades contemporâneas. Dentro dessa estrutura, o *establishment* religioso cumpre papel primordial como agente legitimador das disparidades sociais no que concerne a sexo, gênero e sexualidade, por ser o campo privilegiado da produção de discursos que se colocam como autorizados pelas divindades das mais diversas tradições religiosas. Aquilo que é instituído pelos discursos religiosos, portanto, está munido de uma aura de sacralidade que seus detentores, majoritariamente homens, brancos e heterossexuais, apregoam como inquestionáveis e irrevogáveis.

Se os discursos religiosos são instrumentos da manutenção de estruturas sociais discriminatórias, consideramos fundamental o esforço no intuito da evidenciação da forma como tais discursos se constroem.

* Doutoranda em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Mestra em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). Membro do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora/NETMAL. Membro do Corpo Editorial da Revista Mandrágora. Endereço eletrônico: tainah.biela@gmail.com

Apontar para a construção social, política e cultural dos discursos religiosos é, em si mesmo, o processo da desconstrução de seu caráter imutável. Questionar os discursos religiosos hegemônicos em um determinado tempo e espaço torna-se tão necessário quanto incômodo no sentido de permitir novas abordagens, interpretações e ressignificações a partir de elementos que questionam sua instrumentalização para propósitos de dominação, hierarquização e subjugação.

O aprofundamento de pesquisas que versam sobre a invisibilização das mulheres na história de diferentes culturas tem sido evidenciada, até mesmo quando nos debruçamos acerca das divindades ou figuras míticas. Este esforço é empreendido por José Ademar Kaefer e Patrícia Guernelli Palazzo Tsai em *Asherah e Buddha Tārā: Uma associação possível?*, no qual @s autor@s, além de apresentarem características que propõem similitudes entre as Deusas Asherah e Buddha Tārā – como sua associação a elementos da Natureza, à fertilidade, à maternidade, a utilização da flor de lótus em suas representações e à autonomia em relação a divindades masculinas – evidenciam processos históricos de invisibilização dessas divindades, por conta de perseguições a seus cultos e de sua marginalização quando absorvidas pelo advento de estruturas patriarcais. Inscrever divindades femininas torna-se elemento importante para a luta das mulheres no interior de tradições religiosas, pois tornam-se referenciais importantes para o empoderamento feminino e o questionamento das estruturas do poder religioso.

É importante, neste processo de questionamento, perceber como a imagem das mulheres foi construída de forma a subjuga-las ou mesmo demonizá-las. Em texto intitulado *Santas, condenadas ou demoníacas? Mulheres no imaginário do Além-Mundo no Cristianismo Primitivo*, Carlos Eduardo de Araújo de Mattos e Paulo Augusto de Souza Nogueira tecem uma reflexão acerca da construção de um imaginário sobre as mulheres em textos apocalípticos contidos nos Atos Apócrifos de Felipe, no Apocalipse de Pedro e no Apocalipse de Paulo. As análises sugerem a presença ínfima de mulheres no céu e, em contrapartida, sua vasta presença nas representações do inferno no imaginário do Cristianismo Primitivo, reflexo das desigualdades entre os sexos, fruto da estrutura patriarcal daquele contexto histórico. Revelam, também, diferenças

na atribuição de pecados condenatórios a homens e a mulheres, sendo a sexualidade um componente primordial nos pecados associados às mulheres: seja a perda da virgindade, a realização de aborto ou a homossexualidade – neste último caso, o mesmo vale para os homens pelo entendimento de que se comportam como mulheres. A partir das discussões levantadas pelos autores, percebemos que desde os primórdios do cristianismo, o peso dos pecados recai de forma virulenta sobre os corpos das mulheres, e se perpetua até a contemporaneidade.

A evidenciação de disparidades entre os sexos no contexto islâmico é apresentado por Flávia Abud Luz no artigo *Gênero, sexualidade e direitos das mulheres: Uma perspectiva feminista islâmica acerca das Leis de Família Muçulmanas*. A autora primeiramente enfatiza a influência de preceitos islâmicos sobre as Leis de Família que versam sobre divórcio e casamento, denotando um processo histórico de conflitos envolvendo disputas entre ativistas pelos direitos das mulheres e grupos islâmicos neoconservadores no estabelecimento dos elementos que compõem este ordenamento jurídico-político. Apresenta, também, a crítica de feministas islâmicas neoreformistas no sentido de recuperar os direitos das mulheres em um contexto marcado pelo avanço de forças conservadoras. Pontua os potenciais da crítica feminista islâmica na ampliação dos direitos das mulheres por meio do questionamento e de reivindicações dentro do escopo das Leis de Família Muçulmanas, assim como das estruturas patriarcais que corroboram esta configuração jurídico-religiosa.

Nas sociedades modernas ocidentais marcadas por um processo de secularização que resulta na relativa autonomização de esferas sociais, nas quais os discursos religiosos dividem atuação no espaço público com outras produções discursivas, é necessário que percebamos articulações que incidem diretamente sobre os corpos dos sujeitos, perpetuando relações desiguais entre os sexos, gêneros e sexualidades. Demonstrando como se tece essa articulação, Geise Campelo Ferreira contribui para este número com o texto *“Eu Dommenique”: O FemDom no BDSM e suas implicações para as performances de gênero e para o discurso médico-religioso*. Sua abordagem trata dos processos de articulação entre o discurso religioso e o discurso médico-psiquiátrico na estigmatização e patologização de práticas sexuais BDSM que fogem aos padrões heteronormativos,

construídos, arraigados e perpetuados pela teologia tradicional e por discursos morais que legitimam a submissão das mulheres aos parceiros do sexo masculino. Após esta discussão, a autora ainda discorre sobre o papel do FemDom no BDSM na subversão de performances de gênero heteronormativas, apontando seus limites e possibilidades.

Dentre os diversos campos em que podemos identificar a prevalência de estruturas sexistas e patriarcais, não é possível deixar de perceber como o campo da produção de conhecimento é diretamente afetado. Seja pela invisibilização de intelectuais mulheres, seja pela presunção do campo acadêmico/científico como um campo masculino por excelência, a atuação de mulheres na academia é atravessada por obstáculos que são fruto de uma estruturação que, implicitamente, as informa que aquele não é seu lugar. É esta a abordagem apresentada em *“O outro” na academia: o anseio pela descolonização das ciências das religiões em relação à atuação feminina*. Alana Carla Lucena Farias aborda a construção das mulheres como o outro especificamente no campo das ciências das religiões, que se construiu como campo autônomo de conhecimento com base em teóricos homens. Aponta a necessidade da descolonização epistemológica das ciências das religiões para que as mulheres possam se fazer sujeito da produção de conhecimento.

A desconstrução e decolonização epistemológica estão entre os principais pontos da entrevista com Joice Berth, teórica feminista interseccional negra, realizada por Naira Pinheiro dos Santos, Nilza Menezes e Priscila Kikuchi Campanaro. Dentre as temáticas trazidas por Joice Berth, a autora fala sobre a coleção *Feminismos Plurais*, organizada por outra feminista negra, Djamila Ribeiro, e no qual Berth contribui com o conceito de *Empoderamento*, entendido como crucial para o feminismo negro. Também aborda a construção das cidades e a arquitetura urbana eugenista que incide diretamente sobre os corpos das pessoas negras, apontando para a necessidade de decolonizar epistemologias de forma a promover estratégias de emancipação holística dos/as sujeitos/as frente à estrutura racista e à desigualdade de gênero. Por fim, Berth apresenta sua visão sobre o papel das religiões, tanto no que concerne à sua atuação prejudicial à subjetividade das mulheres quanto à possibilidade de se reinventar.



Na resenha *Empoderamento, interseccionalidade e feminismo negro*, Priscila Neves Moreira aponta as principais perspectivas teóricas e práticas mobilizadas por Joice Berth em seu livro *O que é empoderamento?*

Por fim, o presente número da revista Mandrágora conta com textos que compõem o dossiê *Educação, Cultura e Religião*, organizado por Fernanda Marina Feitosa Coelho e Naira Pinheiro dos Santos.

Desejamos a todxs uma boa leitura!